

CAMPANHA NACIONAL 2016

Congressos nacionais do BB e da Caixa aprovam defesa da unidade e dos bancos públicos



Unidade e resistência são as palavras de ordem que vão nortear a luta dos trabalhadores do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal na Campanha Nacional 2016 diante das ameaças do interino Michel Temer. É o que decidiram os delegados que participaram do 27º Congresso Nacional dos Funcionários do BB e do 32º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), realizado entre 17 e 19 de junho, em São Paulo.

Foram três dias de debates que resultaram na aprovação pela plenária final dos congressos, em separado, das reivindicações específicas dos bancários para a renovação dos acordos aditivos à Convenção Coletiva de Trabalho (leia mais nas páginas 2 e 3). As resoluções serão agora encaminhadas para aprovação na 18ª Conferência Nacional dos Bancários, que será realizada de 29 a 31 de julho, em São Paulo, e estarão disponíveis no portal do Sindicato assim que finalizada a redação.

Nos discursos de abertura, os dirigentes sindicais foram unânicos em apontar para a estratégia de campanha nacional unificada como

instrumento fundamental para os bancários enfrentarem as ameaças de retirada de direitos e de desmonte dos bancos públicos pelo interino Michel Temer com vistas à privatização.

“Os debates foram muito ricos, e a participação dos bancários de Brasília foi muito importante para que trouxéssemos as reivindicações da nossa base para a construção da pauta final”, declarou o presidente do Sindicato, **Eduardo Araújo**, que é bancário do BB.

Em relação à organização do movimento, os trabalhadores mantiveram o formato de campanha nacional unificada, com a realização de mesa única da Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) paralelamente às negociações das cláusulas específicas.

Seminário

Com o objetivo de debater a ameaça que o “governo” interino de Michel Temer representa ao patrimônio público, os congressos abrigaram, conjuntamente, o 1º Seminário Nacional em Defesa dos Bancos Públicos. O evento reuniu trabalhadores de bancos públi-

cos e também dos privados, além de envolver diversos atores da sociedade civil, movimentos sindicais, sociais e populares, MST e parlamentares. Leia a cobertura completa no portal do Sindicato.

Calendário

20/07 Assembleia

O Sindicato realiza assembleia para eleger os delegados que participarão da 18ª Conferência Nacional dos Bancários e deliberar acerca da pauta de reivindicações de Brasília que será levada para o fórum.

29, 30 e 31/07 Conferência Nacional

No encontro, que será realizado em São Paulo, bancários de todo o país farão uma ampla discussão das reivindicações da categoria e definirão a minuta nacional a ser entregue à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) para as negociações da Campanha 2016.



CAMPANHA NACIONAL 2016

Bancários do BB definem pauta específica de reivindicações



Os 323 delegados e delegadas do 27º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil aprovaram em plenária final, no dia 19, em São Paulo, a pauta de reivindicações específicas do funcionalismo que será negociada com a direção da empresa para a renovação do acordo aditivo à CCT na Campanha Nacional 2016.

As reivindicações são resultado das discussões dos grupos temáticos, cujos participantes estiveram reunidos durante quase todo o segundo dia do congresso para debater, a partir das deliberações dos congressos estaduais, demandas relacionadas a Cassi, Previ, remuneração, organização do movimento e saúde e condições de trabalho. A pauta será encaminhada para aprovação na 18ª Conferência Nacional dos Bancários, que ocorre entre os dias 29 e 31 de julho, em São Paulo.

Remuneração

Os bancários debateram a unidade da categoria na definição de política de aumento real de salários, com o índice a ser retirado na Conferência Nacional dos Bancários.

Entre as demais demandas inclui-se a necessidade de um plano de carreira e remuneração melhor do que já existe hoje no Banco do Brasil, com aumento no piso salarial, nas promoções por mérito e com inclusão de escriturários, além de se negociar as questões específicas, que incluem várias funções, desde assistentes, gerentes, supervisores e fiscais até engenheiros e arquitetos.

Nas reivindicações sobre condições de trabalho, os bancários do BB vão lutar por melhorias nos mecanismos de combate ao assédio moral, contra as práticas antissindicalistas, fim dos descomissionamentos arbitrários e por respeito à jornada de trabalho. No que se refere às mulheres, será reivindicado que os 15 minutos, fora do período de trabalho, sejam inseridos na jornada e remunerados. Também há demandas relacionadas a atendimento, agências digitais e inovações tecnológicas.

Cassi

Entre as propostas aprovadas sobre saúde do trabalhador, está a organização de um fórum nacional sobre o tema, a ser realizado um dia antes do congresso dos funcionários. Foi também objeto de discussão que será levado ao banco o grande número de bancários adoecidos e a importância do fortalecimento do modelo assistencial de Estratégia de Saúde da Família com a ampliação de cobertura de déficit da Cassi pelo Banco do Brasil.

Os bancários também querem um serviço de prevenção mais completo, sendo uma das demandas melhorar a eficiência do Exame Periódico de Saúde, além de mais autonomia na estrutura do Sesmt.

Foi aprovado ainda aumentar o número de ausências permitidas de todos os funcionários e das pessoas com deficiência. Os bancários destacaram que cadeirantes, ou mesmo funcionários que usam próteses, necessitam de tempo para fazer a manutenção dos equipamentos.

Banco do Brasil e o SFN

O Congresso também discutiu o papel do BB e o Sistema Financeiro Nacional destacando a necessidade do resgate social do banco público, com ênfase na defesa da democracia e das empresas públicas, além da importância do seu papel como fomentador de desenvolvimento.

Previdência

O funcionalismo aprovou a instalação de uma mesa de negociação com o banco sobre o Ecomus; a luta contra o PLP 268 (fundos de pensão) e contra a reforma da Previdência em elaboração pelo "governo" Temer, e por uma previdência pública, solidária e universal, que garanta aposentadoria integral a todos os trabalhadores.

Paridade de gênero

A plenária também aprovou que, a partir

do próximo Congresso, a composição da delegação se dê de forma paritária entre homens e mulheres. "A busca pela paridade e as pautas femininas uniram mulheres de diversas correntes políticas e de diversas centrais sindicais", destacou a diretora do Sindicato **Teresa Cristina**.

Campanha Nacional Unificada. Não ao golpe e Fora Temer!

Em relação à organização do movimento, os trabalhadores mantiveram o formato de campanha nacional unificada para a garantia e ampliação de direitos da categoria, com a realização de mesa única da Fenaban paralelamente às negociações das cláusulas específicas. Os bancários também aprovaram a reivindicação de que as negociações sejam transmitidas via internet, visando dar ainda mais transparência ao processo.

Entre as bandeiras de luta, os bancários e bancárias do Banco do Brasil definiram que intensificarão as mobilizações contra os projetos de lei 4918 (Estatuto das Estatais) e 268 (fundos de pensão), além das cobranças por melhorias nas condições de trabalho, no plano de carreira e remuneração.

Os bancários também vão intensificar a luta contra a política fiscal e a retirada de direitos promovidas por Temer e continuar na luta para reverter o golpe. "Os trabalhadores irão resistir ao golpe político contra os direitos. O Congresso dos Funcionários do Banco do Brasil deu uma mostra da união da classe trabalhadora para resistir ao governo golpista e resgatar a democracia no país", ressaltou o diretor do Sindicato **Rafael Zanon**.

Também foi destacado o fortalecimento do papel da Comissão de Empresa junto à direção do BB, que soma grandes conquistas no último período.

Moção de luta das mulheres

A plenária final aprovou ainda moção de repúdio ao assédio sexual sofrido pelas mulheres e contra a cultura machista e do estupro.





CAMPANHA NACIONAL 2016

Fora Temer e Caixa 100% pública: Conecef aprova reivindicações específicas

A plenária final do 32º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), reunindo 352 delegadas e delegados de todo o Brasil, aprovou dia 19, em São Paulo, a pauta de reivindicações específicas dos bancários para as negociações da Campanha Nacional 2016.

As propostas aprovadas giram em torno de demandas referentes a saúde do trabalhador, Funcef, isonomia, GDP e condições de trabalho, que foram amplamente debatidas nos grupos de trabalho durante o encontro.

"Lutem com a gente em defesa dos empregados, pela manutenção da Caixa 100% pública, por melhores condições de trabalho, por mais contratações e pelo fim da reestruturação", convocou o secretário de Formação do Sindicato, **Antonio Abdan**. "O Congresso foi bastante produtivo e, entre outras coisas, apontou para a necessidade de unidade ainda mais intensa neste momento de conjuntura política adversa e instável", complementou **Wandeir Severo**, diretor do Sindicato.

GDP

Os empregados aprovaram a reivindicação pelo fim do programa Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP) e medidas de combate ao assédio moral e sexual. Foram definidas também reivindicações que visam à adoção de políticas de prevenção voltadas para a saúde do trabalhador. Na pauta ainda constam propostas em torno dos eixos de gestão, participação e melhoria no atendimento do Saúde Caixa.

Funcef, aposentados e Prevhav

As discussões desse tema se concentraram em torno de pontos que preocupam os participantes e assistidos do fundo de pensão dos empregados da Caixa, como o contencioso judicial, o fim do voto de minerva, a incorporação do REB ao Novo Plano e a não aprovação do projeto de lei 268/2016, que propõe o fim da representação dos trabalhadores nos fundos de pensão.

Segurança e terceirização

Sobre a infraestrutura e segurança das unidades da Caixa, os delegados consideram

que a empresa deve criar condições mais adequadas de trabalho para os empregados desempenharem suas funções e garantir um banco voltado aos interesses da sociedade. Quanto ao funcionamento das agências, entre outros pontos, foi defendido o fim do Caixa Minuto.

O debate no grupo girou em torno ainda do combate à terceirização na Caixa, bem como da atuação do movimento dos empregados, juntamente com trabalhadores de outras categorias, no Congresso Nacional, para derrubar a legislação favorável à terceirização.

A luta é também por melhores condições de trabalho para os empregados, com mais segurança nas unidades.

Caixa 100% pública e contratação

Os empregados reafirmam a luta por mais contratação de empregados como a forma mais adequada para combater a carência de pessoal nas unidades e para reafirmar condições dignas de trabalho. Também é considerada vital a luta para que a Caixa defina a quantidade necessária em cada tipo de unidade, com o compromisso de haver reposição sempre que o número efetivo ficar abaixo do estabelecido, devendo haver contratação no caso de não existir possibilidade de transferências ou quando se tratar de desligamento da Caixa, mantendo-se a Lotação Autorizada de Pessoal (LAP) e a estrutura de funções das unidades.

O debate sobre a Caixa 100% pública foi norteado pelo princípio de que defender as empresas públicas é defender o Brasil. Entre as propostas aprovadas, os destaques são a defesa do papel social do banco e de sua participação como instrumento eficiente e eficaz de políticas públicas.

Na discussão sobre jornada e Sipon, aprovaram-se ainda propostas como a que prevê o pagamento obrigatório de todas as horas extras realizadas, com acréscimo de 100% da hora normal.

Isonomia e reestruturação

A plenária reafirmou a luta por isonomia de direitos entre novos e antigos empregados,

com ênfase para a extensão da licença-prêmio e do anuênio para todos os trabalhadores. Foi apontada ainda a proposta pela extensão dos direitos constantes no ACT a todos os trabalhadores terceirizados, assim como a extensão da Estrutura Salarial Unificada e do PCS da carreira administrativa, com valorização profissional.

Em relação à carreira, uma das propostas em destaque é a criação de um comitê de acompanhamento dos Processos Seletivos Internos por Competência e do banco de habilitados, oportunidades e sucessores, com a participação dos empregados e um membro da Gipes.

O fim do processo de reestruturação também será reivindicado. O entendimento é de que, em qualquer caso de reestruturação, a Caixa deve debater prévia, objetivamente e com transparência as mudanças com a Comissão Executiva dos Empregados. Outra exigência diz respeito à defesa das funções e de melhores condições de trabalho.

Campanha Unificada

Foi aprovada ainda a estratégia de campanha nacional unificada dos trabalhadores dos bancos públicos e privados. Aliado a isso, os participantes do 32º Conecef definiram a mobilização pelo Fora Temer, diante da ameaça real para os direitos dos trabalhadores e para as empresas públicas. O propósito é o de combater a política econômica neoliberal desse governo interino e ilegítimo que está golpeando violentamente direitos trabalhistas, civis e sociais.

Leia a matéria completa em bancariosdf.com.br.



PL DAS ESTATAIS

Mobilização reduz impactos negativos

A mobilização e a pressão do movimento sindical foram fundamentais para conter o ímpeto privatista do Congresso. Não fosse isso, o Senado teria aprovado um projeto de Estatuto das Estatais no último dia 21 que escancararia totalmente as portas para a privatização de todas as empresas públicas.

Apesar de manobras das bancadas conservadoras que colocaram em votação o PLS 555 sem que estivesse na pauta do plenário, grande parte da essência privatizante do projeto, que ameaçava todas as estatais, foi barrada.

O projeto segue agora para sanção presidencial, devendo ser apreciado em um prazo de 15 dias. O texto aprovado estabelece nor-

mas de governança corporativa, regras para compras, licitações e contratação de dirigentes realizadas por empresas públicas e sociedades de economia mista.

Foram mantidos os seguintes avanços obtidos na Câmara:

- 1) retirada da obrigatoriedade de as empresas se tornarem sociedades anônimas;
- 2) fim da exigência de as empresas não terem mais ações preferenciais;
- 3) o Estatuto das Estatais só será obrigatório para empresas que tenham mais de R\$ 90 milhões de receita operacional bruta (o que deixa de fora a maioria das estatais, com menor porte);
- 4) suprimida a obrigatoriedade de ressarcimento, por parte do go-

verno, de custos com políticas públicas (ações da empresa fora da sua atividade econômica); e

- 5) exigência de que as empresas comercializem no mercado 25% de suas ações passou a ser válida somente para as listadas na Bolsa de Valores.

Avanços obtido na Câmara e rejeitados pelo Senado:

- 1) aumento de 10 para 20 anos a exigência de as empresas listadas na Bolsa de Valores comercializarem 25% de suas ações e restringiu essa operação somente para empresas do âmbito federal excluindo empresas estaduais e municipais: o Senado manteve o texto que prevê 10 anos.
- 2) A proposta da Câmara previa a exclusão da quarentena de 3

anos para que dirigentes partidários e sindicais pudessem assumir cargos de gestão nas estatais, bastando que se licenciassem do posto partidário ou sindical para assumir imediatamente o novo cargo na empresa pública: o Senado rejeitou essa proposta e manteve a quarentena para o dirigente político e o afastamento do dirigente sindical do cargo na organização.

- 3) reduziu a obrigatoriedade, de 25% para 20%, dos membros dos conselhos de administração independentes. Neste grupo, ficam incluídos os representantes dos acionistas minoritários e representantes dos empregados;
- Mantido o texto do Senado que prevê 25%.

Trabalhadores pressionam contra aprovação do PLP que acaba com eleição nos fundos de pensão



A pressão dos trabalhadores, entre eles diretores do Sindicato, que estiveram durante toda a tarde do último dia 20 na Câmara dos Deputados conversando com par-

lamentares, forçou os líderes dos partidos a adiar a votação do PLP 268/2016, do Senado, que acaba com a eleição direta de diretores e reduz para 1/3 os representantes

eleitos pelos associados nos conselhos deliberativo e fiscal de fundos de pensão patrocinados por empresas públicas, e reduz drasticamente o poder de fiscalização, acompanhamento e gestão dos participantes desses fundos.

Também no dia 14, foi realizado um ato nas dependências da Casa, convocado pela Anapar em conjunto com a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, da qual o Sindicato faz parte, defendendo a gestão paritária nesses fundos, uma conquista da classe trabalhadora que está sob sério risco.

"O adiamento da votação do PLP 268, após grande pressão dos sindicatos, entidades e sociedade

como um todo, mostra que é importante aumentarmos a mobilização para impedir os retrocessos propostos no projeto", ressaltou o diretor do Sindicato **Rafael Zanon**, que é conselheiro deliberativo eleito da Previ, o fundo de pensão do funcionalismo do BB, e da Anapar.

Diga não!

Diga não ao PLP 268/2016 participando do abaixo-assinado virtual que pode ser acessado no site do Sindicato. Lá também você encontra link por meio do qual poderá acessar a listagem dos emails dos deputados, entre eles os líderes dos partidos, para enviar mensagens pressionando-os.

CLASSIFICADOS DE BANCÁRIO PARA BANCÁRIO

Caso você queira vender, adquirir ou trocar algum produto e/ou bens, o mais novo canal de comunicação já está disponível no portal da entidade. Para participar, envie as informações, com fotos, se desejar, para o e-mail classificados@bancariosdf.com.br.

Alugo apartamento em Águas Claras de três quartos, armários embutidos, recém reformado, condomínio com área de lazer e perto do metrô. Tratar com Lucia no (61) 99964-2753.

Vendo Corsa Sedan modelo 2008, com IPVA de 2016 e único dono.

Ligar para Hélio Rubens no (61) 99925.3035.

Vendo esteira da Caloi CLE30. Uma ótima opção para quem deseja cuidar do corpo e da saúde. Ligue para (61) 99291-5867 tratar com Valdir.

Aluga-se um duplex mobiliado no Sudoeste. Localizado no Edifício Via Place, o prédio possui dois andares, com elevadores e vaga de garagem interna. Ligue para Vilobaldo no (61)9109.6277 e saiba mais.

FIQUE LIGADO



As segundas, ao vivo, às 19h, via web tv (pelo site bancariosdf.com.br).



Canal 12 da Net, todas as sextas, ao vivo, a partir das 14h30, com reprises durante toda a semana.



Ouçã as notícias do Sindicato no portal bancariosdf.com.br.